

Câmara de Vila Franca pede leis mais exigentes para crimes ambientais

27 de Setembro, 2016

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira manifestou-se hoje confiante relativamente a um desfecho favorável para as famílias afetadas pelo surto de 'legionella', em 2014, e defendeu leis mais exigentes para os crimes ambientais, noticiou a agência Lusa.

Em declarações à Lusa, o presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Alberto Mesquita (PS) disse estar convencido de que os advogados que representam as famílias afetadas pelo surto de 'legionella' vão conseguir "arranjar uma maneira" de que os seus clientes sejam indemnizados.

Alberto Mesquita falou à Lusa depois de um relatório da Polícia Judiciária, divulgado hoje pelo jornal Diário de Notícias, que dá conta de que "uma falha na legislação referente ao Ambiente está a comprometer o processo judicial". Este relatório da PJ surge dois meses depois do Ministério Público ter informado que sete pessoas e duas empresas foram constituídas arguidas no inquérito relacionado com o surto de 'legionella'.

"É uma notícia bastante desagradável que põe em evidência o que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira sempre defendeu. Uma alteração legislativa que crie uma lei que seja mais exigente com as empresas. Que exija uma maior fiscalização", apontou.

Em novembro de 2014 o concelho de Vila Franca de Xira foi afetado por um surto de 'legionella', que causou 12 mortes e infetou 375 pessoas com a bactéria. De acordo com o balanço feito na altura, as vítimas mortais tinham entre 43 e 89 anos e eram nove são homens e três mulheres. A taxa de letalidade do surto foi de 3,2%. O surto, o terceiro com mais casos em todo o mundo, teve início a 07 de novembro e foi controlado em duas semanas.